

[Saúde](#)

Falta remédio em oito a cada dez municípios do País, aponta pesquisa; veja medicamentos

Cidades relatam ausência de estoque na rede pública principalmente do antibiótico amoxicilina e do analgésico dipirona

Ítalo Lo Re e José Maria Tomazela, O Estado de S. Paulo

15 de julho de 2022 | 16h21

Atualizado 15 de julho de 2022 | 19h09

Remédios estão em falta em oito a cada dez municípios do País. Isso é o que mostra um levantamento da **Confederação Nacional de Municípios (CNM)** feito com 2.469 prefeituras e divulgado nesta sexta-feira, 15. As cidades relatam ausência de estoque na rede pública principalmente do antibiótico **amoxicilina**, usado contra infecções, e do analgésico **dipirona**, indicado para tratar dores e febre.

Conforme a CNM, mais de 80,4% dos gestores que responderam à consulta afirmaram sofrer com falta de **remédios** básicos para atender a população. A entidade sugeriu, então, que eles indicassem os tipos de medicamento em falta a partir de uma listagem preestabelecida, o que permitiu entender melhor o cenário. A pesquisa foi aplicada entre os dias 23 de maio a 20 de junho.

LEIA TAMBÉM



Lipotramina e Lipozepina: Anvisa proíbe produtos vendidos irregularmente como emagrecedores



Falta remédio em oito a cada dez municípios do País, aponta pesquisa da CNM Foto: REUTERS/Yves Herman/Illustration

A falta de amoxicilina (antibiótico) foi apontada por 68% dos municípios – ou 1.350 cidades, em números absolutos. Já a ausência de dipirona na rede de atendimento municipal (anti-inflamatório, analgésico e antitérmico) foi citada por 65,6% (1.302 cidades).

Destacam-se também a escassez de dipirona injetável, que é usada para tratar dores e febre e está em falta em 50,6% das cidades, e de prednisolona, indicada para o tratamento de alergias, distúrbios endócrinos, entre outras doenças. Ao todo, 45,3% das cidades relataram não ter estoques deste último medicamento.

Veja lista dos principais remédios em falta nas cidades

- Amoxicilina (em falta em 68% das cidades que relataram escassez de algum medicamento);
- Dipirona (65,6%);
- Dipirona injetável (50,6%);
- Prednisilona (45,3%);
- Azitromicina (42%);
- Ambroxol (39,6%);
- Outro (55,6%).

A maioria dos gestores (44,7%) de cidades com falta de medicamentos informou que a situação se estende entre um período de 30 a 90 dias. Ao mesmo tempo, 19,7% relataram que o problema é crônico, uma vez que o desabastecimento ocorre há pelo menos três meses.

“Problemas no fornecimento pelo Ministério da Saúde, movimentos de protesto de funcionários em portos e aeroportos, questões envolvendo a política internacional como dificuldades de importação de insumos, por causa da guerra na Ucrânia e do lockdown na China, são alguns dos motivos mais relatados”, informou a CNM no relatório do levantamento.

“Existe há mais de 90 dias desabastecimento crônico de medicamentos básicos e especializados que está afetando os serviços públicos de saúde, inclusive os básicos, estruturas nas quais a população busca atendimento de questões respiratórias e do pós-covid-19, onde se acolhem as populações com doenças crônicas, como hipertensão e diabetes”, afirmou.

Ao **Estadão**, o presidente da Confederação Nacional de Municípios, **Paulo Ziulkoski**, disse que o levantamento foi feito porque a entidade já tinha a suspeita de que havia falta de remédios em grande parte dos municípios. Com a coleta das informações, isso ficou ainda mais claro. "A grande verdade é que há falta. Isso é real e está ocasionando todo esse drama local, e a gente não está vendo solução neste momento."

No relatório, a CNM alertou que cirurgias eletivas e tratamentos estão sendo adiados em algumas cidades devido à falta de medicamentos. Conforme a pesquisa, apenas 12,6% dos municípios com remédios em falta (310, em números absolutos) têm previsão de normalização dos estoques em até 30 dias. Para a maioria (59,2%/1.461) não há previsão de normalização.

"É uma bola de neve extremamente preocupante", disse Ziulkoski. "Como está faltando remédio na base do SUS (*Sistema Único de Saúde*), o paciente pode ter um derrame, infarto ou consequência até mais grave por não ter tomado o remédio, e aí tem que ser internado."

Diante desse cenário, o presidente da CNM cobra maior posicionamento do governo federal, o que, segundo ele, poderia aliviar um pouco a pressão nos municípios. "Há muito tempo que a gente vem vendo e mostrando que há uma falta de uma política nacional, de um certo controle de estoque, para justamente evitar que isso ocorra", disse o presidente da CNM, que ressaltou que o cenário também acarreta em maior demanda no setor privado.

Falta medicamento também na rede privada

No fim do mês passado, um levantamento feito pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP) apontou que a grande maioria dos farmacêuticos tem sido afetada pelo desabastecimento de medicamentos. Dos 1.152 que responderam a um questionário da entidade, 98,52% afirmaram estar trabalhando com falta de alguns remédios.

Desses, a maioria (82,81%) atua em estabelecimentos do setor privado, 10,24% são do setor público (administração direta) e o restante se divide entre setor público (parceria privada e terceirizações) e estabelecimentos filantrópicos, beneficentes, mistos e autarquias. O levantamento foi realizado por meio de questionário com 20 perguntas disponibilizado entre 19 de maio a 30 de maio de 2022.

Ao todo, 93,49% dos participantes relataram sofrer com a falta de antimicrobianos (entre os mais citados, amoxicilina e azitromicina); 76,56% com a falta de medicamentos mucolíticos (entre os mais citados, acetilcisteína e ambroxol); 68,66% com a falta de medicamentos anti-histamínicos (entre os mais citados, dexclorfeniramina e loratadina) e 60,59% com a falta de medicamentos analgésicos (entre os mais citados, dipirona, ibuprofeno e paracetamol).

Uma pesquisa do Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo (SindHosp), divulgada nesta sexta-feira, 15, apontou que, em 51% das unidades, os maiores problemas são a **falta de medicamentos** e o **aumento nos preços**. De acordo com o presidente, o médico Francisco Balestrin, o SindHosp enviou ofícios aos Ministérios da Saúde e da Economia solicitando providências emergenciais.

Segundo ele, os hospitais estão substituindo os medicamentos em falta por similares, quase sempre muito mais caros, aumentando o custo do atendimento. "Quando não há com o que substituir, como no caso de contrastes para exames, estão sendo postergados. Acredito que garantir o abastecimento de medicamentos deve fazer parte da política de segurança nacional. O Brasil precisa encontrar uma alternativa própria de importação, armazenamento e produção de remédios", disse.

Em nota publicada nesta semana, o Conselho Federal de Farmácia afirmou que os riscos da escassez de medicamentos são "inúmeros" e também citou o aumento de custo para os hospitais. "A falta de dipirona injetável no ambiente hospitalar, por exemplo, implica o uso de opióides, mais potentes, mais caros e com maior risco de efeitos adversos e complicações para o paciente, como a dependência", exemplificou.

"O Conselho Federal de Farmácia (CFF) considera urgentes e necessárias medidas que possam mitigar o problema, como o incremento da produção nacional tanto de matéria-prima, quanto do produto acabado (o Brasil tem pelo menos 18 laboratórios farmacêuticos oficiais, que estão subutilizados); um melhor planejamento de compras no serviço público, visando à manutenção dos estoques; e estratégias para um monitoramento mais eficiente do abastecimento das redes pública e privada."

Cenário internacional agrava escassez

Para Balestrin, a falta de medicamentos decorre principalmente de problemas internacionais, como a guerra entre Rússia e Ucrânia. "Trata-se de um problema multifocal, que tem a ver com aumento da utilização das drogas de um lado, a diminuição da produção, de outro. Os principais países produtores de IFAs (*insumos farmacêuticos*), que são a China e a Índia, tiveram problemas. Com a política de covid zero, a China chegou a fechar suas fábricas por conta do lockdown", analisou.

"Também soma-se um problema do transporte na Europa, afetado pela guerra da Ucrânia e Rússia. E a inflação mundial provocou o aumento de preços dos produtos. Em muitos países a indústria, está deixando de produzir remédios. A embalagem, por vezes, custa mais que o próprio medicamento", acrescentou o médico.

A secretária de Saúde de Guararema (SP), Adriana Martins, que também integra a diretoria do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo (Cosems-SP), disse que a falta de medicamentos persiste. "Os últimos levantamentos junto às secretarias de saúde indicam que o problema acontece de forma recorrente e estamos sempre cobrando uma solução."

Entre os medicamentos de uso hospitalar com dificuldades de aquisição estão 40 itens, entre eles alguns muito usados, como lidocaína, magnésio e glicose. Já entre os 16 remédios em falta na atenção básica, destacam-se os antibióticos amoxicilina e azitromicina, e o analgésico dipirona.

Em Araraquara, interior de São Paulo, a Secretaria Municipal de Saúde registrou escassez de princípio ativo para a fabricação de medicamentos voltados para o público infantil no mercado nacional. Conforme a secretária Eliana Honain, o problema vem se verificando no País inteiro.

"O município já realizou o processo de compra desses medicamentos, porém, eles ainda não foram entregues por conta dessa falta de insumos", disse. Em muitos casos, os remédios estão sendo substituídos por similares que têm custo mais alto.

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) informou, em nota, que há dificuldade de compra de alguns itens de medicamentos devido à indisponibilidade de produtos no mercado nacional. A pasta estadual utiliza alternativas terapêuticas para que nenhum paciente fique desassistido.

Procurado pela reportagem, o Ministério da Saúde informou não medir esforços para manter a rede de saúde abastecida com todos os medicamentos ofertados pelos SUS. Apontou ainda que, após análises detalhadas realizadas pela pasta em conjunto com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), conselhos estaduais e municipais de saúde e o setor farmacêutico, foram constatadas diversas causas globais que extrapolam competências do ministério.

"Neste sentido, foi publicada a Resolução nº 7, de 1º de junho de 2022 da CMED, que libera critérios de estabelecimento ou de ajuste de preços para medicamentos com risco de desabastecimento no mercado.

Outra medida adotada pela pasta foi a inserção de medicamentos na lista de produtos com redução do imposto de importação sobre insumos", afirmou a pasta, que cita, entre eles, a dipirona.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

[Lipotramina e Lipozepina: Anvisa proíbe produtos vendidos irregularmente como emagrecedores](#)

[ANS inclui três procedimentos na lista de cobertura obrigatória de planos de saúde](#)

[Tratamentos de saúde à base de cannabis, aos poucos, sobem o morro](#)

Tudo o que sabemos sobre:

medicamento

CNM [Confederação Nacional de Municípios]

VEJA TAMBÉM



Varíola dos macacos: Entenda a quem deve se destinar a vacina e como o País pode agir - Saúde



Dificuldade para ejacular e redução da libido: estudo mapeia novos sintomas associados à covid longa - Saúde



Ministério da Saúde recomenda racionalizar uso de contraste em exames; Estados relatam falta - Saúde - Estadão



Brasil tem mais de 39 mil casos da covid nas últimas 24 horas e média móvel chega a 37,5 mil - Saúde

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

DESTAQUES EM SAÚDE



Varíola dos macacos: OMS pede para 'homens que fazem sexo com homens' diminuírem contato sexual



Varíola dos macacos: quando procurar um médico e o que fazer se estiver com doença?